

LEI MUNICIPAL N° 1.332/2005

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Ribeirão Vermelho, por seus representantes, aprovou e eu , Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Pessoas Portadoras de Deficiência – CMPPD, de caráter permanente e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, Epidemiologia, Vigilância Sanitária e Bem Estar Social.

Art. 2º - O CMPPD funcionará como órgão deliberativo, controlador e fiscalizador da política de atendimento aos deficientes no âmbito do Município.

Art. 3º - O atendimento às pessoas portadoras de deficiência, no âmbito Municipal, far-se á por meio de:

I - programas para avaliar, fiscalizar, propor e acompanhar o repasse e a aplicação dos recursos oriundos de iniciativa pública ou privada;

II - programas para implementar a execução de diretrizes básicas da política municipal voltada para as pessoas portadoras de deficiência, junto às Secretarias Municipais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Orgânica de Assistência Social e as conclusões extraídas da Conferência Municipal de Assistência Social e/ou seminário específico;

III - programas e serviços sociais básicos de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outros que assegurem o desenvolvimento físico, mental e social das pessoas portadoras de deficiência.

IV - campanhas junto à opinião pública informando sobre os direitos assegurados às pessoas portadoras de deficiência.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Art. 4º - O CMPPD será composto por 10 (dez) membros, escolhidos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde, Epidemiologia, Vigilância Sanitária e Bem Estar Social;

II- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo;

V - 1 (um) representante da Câmara Municipal;

VI - 1 (um) representante dos portadores de deficiência auditiva;

VII - 1 (um) representante dos portadores de deficiência visual;

VIII - 1(um) representante dos portadores de deficiência física;

IX - 1 (um) representante dos profissionais especializados na reabilitação – Fisioterapeuta

X - 1 (um) representante do Conselho Particular Frederico Ozanan

§1º - Os representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Prefeito, dentre os servidores com poderes de decisão no âmbito respectivo de cada uma.

§2º - O representante da Câmara Municipal será indicado por seu Presidente.

§3º - Os representantes das entidades não-governamentais serão escolhidos em assembléia setorial convocada pela Secretaria de Saúde, Epidemiologia, Vigilância Sanitária e Bem Estar Social, observando o seguinte:

I – entende-se por setorial, a reunião de pessoas e entidades com atuação específica em um tipo de deficiência;

II – o estatuto disporá sobre os critérios objetivos e subjetivos a serem observados no processo eleitoral;

Art. 5º - Para cada Conselheiro titular será escolhido, simultaneamente, um suplente, observados os mesmos procedimentos e exigências.

§1º - O mandato é de 2(dois) anos, admitindo-se uma única recondução subsequente.

§2º - O exercício da função de conselheiro, titular ou suplente, é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

§3º - A nomeação dos Conselheiros dar-se-á por Decreto da Prefeita Municipal.

§4º - O presidente do Conselho será o Secretário de Saúde, Epidemiologia, Vigilância Sanitária e Bem Estar Social.

§5º - A posse dos demais Conselheiros será através do Presidente do Conselho.

Art. 6º - O CMPPD poderá celebrar convênio e convidar entidades, órgãos públicos, autoridades, cientistas e técnicos nacionais e estrangeiros, para colaborarem em estudos e participarem das comissões instituídas no âmbito do próprio CMPPD, sob a sua coordenação.

Art. 7º - A organização e o funcionamento do CMPPD serão disciplinados no estatuto:

I - definir diretrizes e prioridades da política municipal de pessoa portadora de deficiência;

II - exercer o controle e a fiscalização da execução da política municipal de escolha dos representantes das entidades não governamentais, quando ocorrer vacância no lugar de conselheiro titular e suplente, ou no final do mandato, dirigindo os trabalhos eleitorais;

III - solicitar ao Prefeito a indicação de Conselheiro titular e suplente, em caso de vacância ou término de mandato de representante das Secretarias Municipais.

IV - opinar sobre a elaboração do orçamento municipal, no que diz respeito à consecução dos objetivos aqui tratados.

V - opinar sobre a destinação de recursos e espaço público, a programação cultural, esportiva e de lazer, voltados para os portadores de deficiência;

VI - elaborar seu estatuto.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º - O CMPPD, no prazo de 15(quinze) dias da nomeação de seus membros, elaborará o seu regimento.

Parágrafo único - A posse do primeiro CMPPD dar-se-á na presença do Prefeito.

Art. 10 - O Prefeito regulamentará esta Lei no prazo de 60(sessenta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 10 de novembro de 2005.

Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira
Prefeita Municipal

Alerson Claret de Jesus
Secretário Municipal de Administração e Fazenda